

* 8 SET 1993

4. — JORNAL DA TARDE

Econ - Brasil

Economia Brasil
077
Reportagem 0041

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
Fernando L. Mitre
Editor Chefe
Celso Kinjô

Diretor Superintendente
Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

Os próximos passos

Uma demonstração clara de vontade política do governo de buscar a estabilização da economia. Foi esse o desejo da comunidade financeira internacional que o novo negociador da dívida externa, André Lara Resende, detectou durante sua passagem pelos Estados Unidos na semana passada, quando, junto com seu antecessor na função e presidente indicado do Banco Central, Pedro Malan, conversou com dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), altos funcionários do Tesouro norte-americano e representantes dos bancos credores do governo brasileiro.

Sem essa demonstração, o FMI não firmaria um novo acordo com o Brasil (o que foi assinado no início do ano passado expirou em agosto). E, sem esse acordo formal, o Tesouro norte-americano não emitiria os bônus de que o governo brasileiro necessita para oferecer como garantia aos credores privados. Em resumo, o acordo com os bancos, que tanto os credores como o Brasil pretendem concluir até o final de novembro, depende da disposição do governo de buscar equilibrar suas finanças e, assim, combater efetivamente a inflação.

O governo — como mostrou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante reunião na semana passada com parlamentares do PMDB, e vêm afirmando seus principais assessores, entre eles Lara Resende — está pronto para dar os sinais que são exigidos pela comunidade internacional e que, no plano interno, acalmariam os agentes econômicos.

Na próxima semana, quando seu Programa de Ação Imediata (PAI) completar três meses, o ministro irá à televisão para mostrar os avanços conseguidos até agora e anunciar novas medidas. Não será, como o ministro e seus auxiliares fazem questão de deixar claro, um “choque” heterodoxo, mas um conjunto de ações que já foram, ou brevemente serão, colocadas em prática, com efeitos positivos para o combate à inflação.

No próximo mês, por exemplo, termina o prazo concedido às empresas estatais para a recomposição de seus preços e tarifas, razão pela qual, a partir de então, não haverá mais aumentos reais. O fim da entressafra, uma das responsáveis pelo atual salto da inflação, vai somar-se à nova política tarifária como fator de alívio das pressões sobre a inflação.

Ao mesmo tempo em que estará negociando com o Congresso a aprovação do projeto de lei do Orçamento para 1994, o governo estará iniciando as discussões da reforma fiscal que deverá ser votada durante a revisão constitucional e que é considerada essencial para o estabelecimento do equilíbrio permanente das contas públicas.

É provável que, em seu pronunciamento da próxima semana, o ministro Fernando Henrique anuncie a consolidação das contas do Banco Central e do Tesouro, medida que não terá efeito imediato sobre a inflação e já era prevista na proposta para a renegociação da

dívida externa, mas que torna mais transparente a situação financeira do governo.

O mais importante de todos os anúncios, porém, será o de uma vigorosa retomada do Programa Nacional de Desestatização (PND). A privatização teve diversas interrupções desde o início do governo Itamar, mas agora deve deslançar. Foi com esse objetivo que o ministro Fernando Henrique colocou na presidência do BNDES o economista Pêrsio Arida, que foi um dos autores do Plano Cruzado (junto com André Lara Resende), mas que, nos últimos anos, tem estudado a privatização na busca de formas de acelerá-la. Anuncia-se também que novas “moedas” serão incluídas entre as que podem ser utilizadas no PND e que algumas hidrelétricas do sistema Furnas e a conclusão da Usina Nuclear de Angra 2 poderão ser passadas para a iniciativa privada.

Outra medida que deverá dar maior fôlego ao programa de desestatização, conforme anunciou o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, será a abertura, ao setor privado, da concessão de serviços públicos. O projeto que regulamenta essas concessões e também permite a participação do setor privado na conclusão de obras paralisadas, porque o governo não tem dinheiro para concluí-las, teve seu andamento no Congresso retardado por pressões corporativas e pelos interesses de empresas públicas que não querem concorrência. Esse projeto — coincidentemente de autoria do senador Fernando Henrique — foi emendado pela Câmara e, para que possa ir o mais rapidamente possível à votação final no Senado, a equipe econômica aceita a retirada de dois artigos que desagradam as concessionárias estaduais.

Adotadas essas medidas, estará pronto o cenário para a execução do programa de desindexação, como admite o assessor especial do ministro da Fazenda, Edmar Bacha. Contidas as principais fontes da inflação, sua queda então será rápida.

Foram essas as idéias que, em linhas gerais, o ministro Fernando Henrique apresentou aos deputados e senadores do PMDB, aos quais pediu apoio no Congresso. O líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Corrêa, pareceu sensibilizado com o pedido: “Não me mostraram, até hoje, uma alternativa melhor, até porque o palanque da oposição já está muito cheio”, declarou.

Não nos iludamos, porém. Apesar das medidas concretas que vão sendo reveladas, ainda persistem sérias dificuldades no front político para o ministro conseguir êxito na sua luta pela estabilização da economia. No fundo, o PMDB tem medo de apoiar uma política econômica de Fernando Henrique que possa dar certo, pois isso pode significar o apoio a um forte candidato presidencial em 1994, e de um partido adversário. “Não vamos arrumar o ninho para os tucanos fazerem a festa”, resume Genebaldo Corrêa, o mesmo que disse ter gostado do que ouviu do ministro.